

PORTO
lo 2571
da Codex
448 01

JORNAL DE NOTÍCIAS
Porto

-1. FEV. 1981

RECORD

Lisboa

DIÁRIO INSULAR
Angra do Heroísmo

NA UNIDADE DE ARQUEOLOGIA EM BRAGA

387 SALÁRIOS DEPENDEM DE «ESCAVAÇÕES» VÁRIAS

A transferência das instalações da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e campo arqueológico de Braga, do Palácio dos Biscainhos para um edifício da Avenida Central, que faz parte do logado de Nogueira da Silva à Universidade, tornou-se possível graças aos subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal daquela cidade.

A revelação foi feita pelo director daquela unidade, dr. Sande Lemos, durante uma conferência de imprensa.

A unidade de Arqueologia

funciona agora numa instalação mais adequada, onde também se encontra a sede provisória do Museu D. Diogo de Sousa, isto é, da sua parte laboratorial. Todavia, não obstante se ter conseguido reunir na capital do Minho uma estrutura tão completa quanto é esta, formada pelo Museu D. Diogo de Sousa, Unidade de Arqueologia e Serviço Regional de Arqueologia, a verdade é que as dificuldades e carências são extremas, nomeadamente na questão de pessoal.

De facto, os cerca de 20 trabalhadores que constituem a estrutura humana da Unidade de Arqueologia, desde há mais de dois anos, têm os seus salários dependentes de subsídios que poderão ou não ser atribuídos. Por isso mesmo, é frequente aqueles trabalhadores — os quais apesar de qualificados auferem salário mínimo — serem obrigados a aguardar vários meses pelo pagamento do que lhes é devido. Neste momento, por exemplo, não há verba para os salários de Janeiro e o pagamento de Dezembro e subsídio de Natal só

se tornou possível pelo «sacrifício» de uma revista que, assim, deixou de ser publicada. Entretanto, os orçamentos do Museu D. Diogo de Sousa e a consequente integração do pessoal, prevista no decreto da Secretaria de Estado da Cultura, continua a aguardar a «luz verde» governamental.

Enfim, uma série de questões continua a afectar a Unidade de Arqueologia que, como se sabe, nasceu na altura do 1.º Governo Constitucional, mas que tem vivido dos subsídios da SEC e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.